

## REFLEXÃO SOBRE AS ESTRUTURAS SOCIAIS DE APOIO À CRIANÇA: A ESPECIFICIDADE DAS FAMÍLIAS DE ACOLHIMENTO

Patrícia Ferreira\*

*Com este trabalho, procura-se reflectir sobre as condicionantes sociais e psicológicas que afectam as famílias de acolhimento, particularmente sobre os jovens que são colocados nestas famílias. Revêem-se propostas de investigação e de intervenção a efectuar que possam contribuir para lançar novos reptos sobre estas situações.*

Apesar da fecundidade literária estrangeira sobre a situação de Colocação Familiar, pouca investigação tem sido realizada em Portugal nesta área. Fala-se sobre a adopção, sobre os menores colocados em instituições, mas escasseiam os estudos em famílias de acolhimento. Deste modo, impõe-se uma reflexão acerca das dificuldades, vantagens e protocolos de intervenção nesta área.

Há um consenso geral de que a protecção da criança e dos jovens é essencial, que decorre da necessidade de crescer e se desenvolver dentro de uma família que promova o envolvimento mais natural e propício ao seu crescimento, desde que desempenhe as funções de um suporte afectivo saudável e estável. Mas, é também do conhecimento que esta situação embora sendo desejável, nem sempre ocorre. São muitas as situações de famílias aparentemente "normais", por vezes, patogénicas e perturbadoras. Famílias sem grande proximidade com os filhos, ausentes ou inexistentes do ponto de vista afectivo,

---

\* Mestre em Psicopatologia e Psicologia Clínica pelo Instituto Superior de Psicologia Clínica, Docente no Curso de Psicologia da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

instituinto no seio das relações uma solidão individual ruidosa, que pode colocar a integridade do menor em perigo, a nível físico, psico-afectivo e moral. Quando os problemas se tornam demasiado insuportáveis na família ou quando o meio envolvente detecta a "carência" destas crianças de um "meio familiar normal", deve proceder-se a um apoio psicológico individual, familiar e social e, em casos extremos poderá ocorrer a separação, temporária ou definitiva, da criança dos seus progenitores.

### As estruturas sociais de apoio à criança

Actualmente, quais são os recursos alternativos existentes em Portugal, quando se considera preferível separar a criança de uma família disfuncional?

Inicialmente o menor é colocado em Centros de Acolhimento de Urgência, perspectivados como lugares de recolha, de observação, de avaliação e de intervenção técnica especializada junto do menor e dos seus contextos familiares. Procura-se então orientar e encaminhar estas crianças e jovens para adopção, colocação institucional da criança em pequenos lares de carácter familiar, ou colocação familiar.

Um dado alarmante é o facto da população de crianças privadas de meio familiar normal continuar a ultrapassar o universo de famílias de acolhimento e o número de adoptandos. Bebbington e Miles (1990) verificaram que, no Reino Unido, as áreas com maior necessidade para o acolhimento de crianças tinham baixas possibilidades de oferecerem estas soluções às crianças. Nos E.U.A., Slaght (1993) destacou que a maioria dos Estados enfrenta uma situação de crise no que diz respeito ao reduzido número de famílias disponíveis para acolhimento e adopção, face ao acentuado número de crianças necessitadas destes cuidados.

Muitos factores influenciam a escolha do tipo de recurso para uma criança.

De um modo geral, procede-se à adopção quando ocorre rejeição afectiva e abandono, inviabilidade psicossocial ou incapacidade da família de origem. São encaminhadas para este recurso as crianças pequenas, cujos progenitores ou parentes não pretendem ou não estão em condições de exercerem as suas funções. Podem ser adoptados menores com idade inferior a 15 anos e o(s) membro(s) da família adoptiva deve ter idade superior a 25 anos e inferior a 50 anos.

No código civil Português, a adopção é um vínculo jurídico semelhante à filiação, podendo o próprio nome da criança ser alterado para o da sua nova família. O tribunal pode dar o consentimento do menor para adopção a um casal, a pessoa singular ou a uma instituição, tendo como principal objectivo defender a criança, "evitando que se prolonguem situações em que esta sofre as carências derivadas da ausência de uma relação familiar com um mínimo de qualidade, em que os seus pais ou não existem ou, não se mostrando dispostos a dar o consentimento para uma adopção, mantêm de facto uma ausência, um desinteresse e uma distância que não permitem prever a viabilidade de proporcionarem ao filho em tempo útil a relação que ele precisava para se desenvolver harmoniosamente ..."

(Decreto-Lei nº185/93, Diário da República I19, 1ª Série de 22-05-93)

Os outros dois recursos – colocação institucional ou famílias de acolhimento - surgem por se considerar que a separação é temporária, provisória ou condicional, onde se procura a manutenção da ligação com a família natural. O objectivo é poder restituir, logo que possível, o menor aos seus progenitores.

A colocação institucional da criança em pequenos lares de carácter familiar surge como um recurso viável para crianças e jovens em qualquer das seguintes situações: dupla orfandade ou abandono total; conflitos com o meio familiar ou social; necessidade de prosseguimento dos estudos, formação profissional ou obtenção do primeiro emprego nas estruturas do internato. O Decreto-Lei nº02/86 (Diário da República I, 1ª Série de 02-01-86) define os princípios básicos a que devem obedecer os lares de crianças e jovens, desinseridas do meio familiar do seguinte modo: os lares não devem acolher mais de sessenta crianças e jovens e organizam-se em grupos, de preferência mistos, com um número de doze crianças e jovens, "que devem funcionar em moldes aproximados aos de uma estrutura familiar" (p. 6). Em geral, são colocados os jovens que não podem ou não desejam ser colocados noutras famílias.

Inerente à preferência da colocação de uma criança numa família, em detrimento da colocação institucional, decorre a necessidade de oferecer à criança um substituto parental, reforçando o valor da família como a instituição ideal para a educação das crianças. O estudo desenvolvido por Colton e Hellinckx, em 1994, em doze países da Comunidade Europeia, evidenciou o declínio da colocação institucional que acompanhou um aumento da colocação das crianças em famílias de acolhimento. Contudo, destaca que a opção por famílias de acolhimento em detrimento da colocação das crianças em instituições é mais evidente nos países do norte da Europa.

Sinclair (1988) destaca várias desvantagens na colocação tradicional da crianças em instituições. O autor postula que estes locais não possibilitam às crianças uma vida normal por comparação com os padrões gerais da sociedade. O modo de vida numa instituição é bastante diferente de uma família, as crianças vivem em grupo e as relações que estabelecem com adultos são, predominantemente, do sexo feminino. Cada criança ou jovem recebe cuidados de uma multiplicidade de técnicos e esta substituição da família natural por várias figuras maternas pode provocar uma constante quebra dos laços afectivos, que não permite uma continuidade nas relações, podendo trazer consequências irreparáveis ao nível da evolução psico-afectiva. Colton (1988) corrobora esta perspectiva, detectando maiores problemas de comportamento em crianças que foram colocadas em instituições por comparação com crianças que foram inseridas em famílias de acolhimento.

De facto, muitas investigações evidenciam um elevado número de perturbações psicológicas nas crianças colocadas em instituições (Pillay, Vawda & Pollock, 1989; Walkind, 1974). No entanto, não se devem generalizar os resultados destes estudos ou assumir que a colocação institucional, por si própria, é prejudicial. A maioria das investigações circunscreve-se a crianças em idades muito precoces e poucos estudos reflectem sobre a qualidade dos cuidados que são oferecidos às crianças. Os vários estudos também

demonstram a existência de uma grande heterogeneidade nesta população, desde crianças com perturbações acentuadas a crianças com um funcionamento psicológico saudável.

Apesar destas críticas às tradicionais instituições, Sinclair (1988) reconhece que este recurso tem sofrido alterações positivas no seu sistema. A dimensão destas residências e o número de crianças que albergam tem diminuído e estão cada vez menos isoladas da comunidade. A maioria das crianças já tem a possibilidade de frequentar estabelecimentos de ensino fora destas instituições. Em Portugal, o Decreto-Lei nº 2/86 acrescenta que estes lares devem "proporcionar condições para uma correcta inserção das crianças e jovens na comunidade através da sua integração nas estruturas locais, nomeadamente no que se refere à educação, formação profissional, desporto e tempos livres" (p. 6).

Sinclair (1988) acrescenta que são poucos os sujeitos que desejam ser colocados nas instituições. No entanto, Walkind e Rushton (1994) observaram, a este propósito, que embora esta perspectiva seja verdadeira para a maioria, alguns adolescentes expressam o desejo de viver em pequenas residências com outros grupos de jovens.

Em específico, o recurso de Colocação Familiar, "é uma prestação de acção social que consiste em fazer acolher transitória e temporariamente, por famílias consideradas idóneas para a prestação deste serviço, crianças e jovens cuja família natural não esteja em condições de desempenhar a sua função sócio-educativa" (Decreto-Lei nº 190/92, Diário da República 203, 1ª Série A de 03-09-92)

O que se interpreta por "famílias idóneas"? O Decreto-Lei nº 190/92 acrescenta que, para serem seleccionadas, as famílias devem ser constituídas por casais com idade inferior a 50 anos; capacidade intelectual e afectiva; estabilidade emocional e conjugal; equilibrada situação económica; boas condições de saúde; adequadas condições de higiene e habitação. Além destes requisitos, estas famílias devem estar disponíveis para seguir acções de formação que, eventualmente, serão promovidas pela instituição de enquadramento.

Procura-se efectuar o encaminhamento de uma criança para Colocação Familiar quando a família natural não está disponível para a manter a seu cargo, mas em que é possível prever a possibilidade de, num futuro, mais ou menos próximo, a criança regressar à família. É também necessário que a família de origem dê o seu consentimento para que possa concretizar-se a sua colocação familiar.

Mas as situações de colocação familiar têm a tendência para não conseguir ultrapassar um dos princípios que se considerava, à partida, factor decisivo para a escolha deste recurso: o seu carácter temporário e supletivo. O estudo clássico de Maas e Engler (1959) nos Estados Unidos, mostrou que as famílias de acolhimento, apesar de pretenderem acolher as crianças apenas temporariamente, tornaram-se para mais de metade das crianças que a analisaram, um recurso que as acompanhou ao longo de toda a sua infância e adolescência, e poucas regressaram à sua família natural ou foram adoptadas. De acordo com Bebbington e Miles (1990) este fenómeno tem persistido ao longo do tempo. Seabra Diniz (1993) denuncia este fenómeno em Portugal, alertando para o facto de que têm sido propostas numerosas colocações familiares, com o conhecimento prévio de que iriam

durar todo o período evolutivo da criança. Destaca que, em muitas destas situações, a adopção seria o recurso mais favorável para as crianças. De facto, as situações de custódia temporária eternizam-se.

Wolkind e Rushton (1994) referem que a maioria das investigações que visa o estudo de crianças, inseridas em famílias de acolhimento por longos períodos de tempo, tem identificado elevadas desadaptações, quando comparadas com crianças que foram adoptadas. Os autores sustentam que a explicação mais plausível para estes resultados está relacionada com o facto da criança sentir um reduzido sentido de permanência e de pertença à família de acolhimento, por comparação com o vínculo legal estável da adopção. Triseliotis e Russell (1984) conduziram uma investigação com o principal objectivo de comparar as repercussões da Colocação Familiar, por longos períodos de tempo, com as duas outras alternativas: adopção e colocação institucional. Metade da amostra do grupo de crianças inseridas em famílias de acolhimento referiu sentir-se bastante satisfeita com a qualidade das relações familiares estabelecidas mas, em contraste com o grupo de crianças adoptadas, revelou sentimentos de insegurança acerca da continuidade de permanência nestas famílias e uma preocupação com as suas condições legais.

Para estas crianças que são inseridas numa família de acolhimento, um conjunto de questões se coloca: onde termina e se inicia a sua "família"? A que família a criança se identifica? Nítida confusão que se instala entre os parentes nomeados e os que são biológicos. Sabendo, à partida, que a colocação familiar é um recurso temporário, que investimento fazem estas crianças na família natural e na família de acolhimento?

### **A Experiência da Colocação Familiar: o seu impacto nas crianças, na família natural e na família de acolhimento**

Assumido o potencial risco na criança para vários problemas psicológicos que a separação da sua família coloca, vários profissionais têm proposto uma variedade de explicações para os problemas detectados nestas crianças e constatado a necessidade premente de técnicos especializados no auxílio destas famílias e da criança que se encontra neste processo.

Ginsberg (1989) postula que a inserção de uma criança numa família de acolhimento ou adoptiva representa uma ruptura no processo de desenvolvimento das crianças e das famílias. A descontinuidade no processo e a dificuldade em estabelecer a confiança básica na nova família é um dos principais problemas para estas crianças. De qualquer modo, não podemos postular uma relação directa, de causalidade linear, entre a separação das crianças da sua família e a psicopatologia destas crianças. As situações são complexas e inscrevem-se numa diversidade de variáveis que se interrelacionam. A reacção de uma criança ou jovem à separação dos seus progenitores é um processo complexo que varia em função da duração da experiência, da qualidade dos cuidados maternos antes e após a separação, da idade, do estágio de desenvolvimento da criança e dos principais conflitos afectivos do momento.

As consequências podem, em parte, ser reversíveis sob reserva de modificar o meio envolvente, de modo a reunir condições que possam reduzir as carências associadas. Se a separação for correctamente preparada, poderá não deixar nenhuma sequela. Apesar destas precauções a criança poderá apresentar uma susceptibilidade particular à separação e dificuldades de relação (David, 1989).

De facto, um menor que é retirado da sua família natural pode arrastar consigo numerosos problemas e, portanto esta descontinuidade da relação é considerada um factor de risco. Mas "risco" não significa inevitavelmente determinismo. Pretende-se que a adopção, a colocação institucional ou as famílias de acolhimento, proporcionem à criança um desenvolvimento harmonioso e a profilaxia de graves alterações psicológicas. Mas não devemos atribuir a total responsabilidade pela educação da criança a estas novas famílias ou instituições, descurando a influência que o meio social exerce sobre os valores que se veicula serem necessários. A entrega de uma criança ou jovem a estes recursos pode conduzir a uma estigma social devido a estereótipos que a própria comunidade vai formulando a este propósito. A sociedade elaborou as suas normas, os princípios segundo os quais se classificam indivíduos semelhantes e diferentes, pela pertença a uma família, a uma categoria social e económica, a um meio cultural. Os preconceitos que subtilmente a sociedade pode transmitir, perante estas situações que não se integram no "habitual", na "norma", reforçam a desigualdade. Uma vez acusa-se a família de origem por abandonar a criança, outras é a família que a acolhe, a instituição e o próprio jovem que são alvo de numerosas críticas. Mas neste discurso de uma procura do culpado, esquece-se a interpenetração entre os vários sistemas, excluindo uma compreensão de todos os elementos no conjunto das estruturas sociais. A rede social de suporte escapa a um pensar.

Molin (1994) procurou identificar a perspectiva de sistemas mais alargados sobre as famílias de acolhimento, nomeadamente as atitudes que os vizinhos, a escola e os sistemas médicos transmitem perante famílias não tradicionais. O autor verificou que as famílias de acolhimento são muitas vezes consideradas santas e mártires ou, por contraste, como exploradoras de crianças pelo facto de receberem um suporte económico para as sustentarem. É também frequente considerarem-nas como figuras parentais incompetentes e ignorantes devido ao elevado risco de perturbações comportamentais das crianças que acolhem. As interacções das famílias de acolhimento com a comunidade podem conduzir a determinadas crenças e estereótipos que são sentidas como prejudiciais por estas famílias.

É importante ter sempre em consideração a variedade de situações que este recurso apresenta. As crianças podem ser colocadas com diferentes idades, ser admitidas por variados motivos e durante diferentes períodos de tempo, com ou sem outros irmãos e com ou sem continuidade nos contactos com os seus progenitores ou familiares.

Vários autores argumentam que a criança deve ser colocada, preferencialmente, com outros parentes da sua própria família, em detrimento de famílias desconhecidas com as quais nunca estabeleceu um contacto prévio (Begun, 1995; Berrick & Barth, 1994; Courtney & Barth, 1996; Hegar, 1993; Iglehart, 1994). Iglehart (1994) realizou um estudo comparativo



entre um grupo de adolescentes que foi inserido com familiares e um grupo de jovens que foi colocado em famílias sem laços de parentesco. Os resultados indicaram que a colocação dos jovens com familiares é mais estável e organizadora, facilitando os processos de identificação e a formação de uma identidade mais estável.

Destaque-se também o vasto conjunto de investigações que tem sido desenvolvido com o intuito de estudar as relações fraternas das crianças separadas da sua família natural e os benefícios da sua colocação numa mesma família (Boer & Spiering, 1991; Boer, Westenberg & Van Ooyen Houben, 1995; Hegar, 1993; Wolkind & Rushton, 1994).

A investigação de Begun (1995) evidencia que um importante objectivo da colocação familiar deve ser a preservação dos laços fraternos e que, sempre que for possível, estas crianças devem ser colocadas em conjunto na mesma família de acolhimento. Nas situações em que a colocação de irmãos numa mesma família for impossibilitada, o autor sugere que desde o início da separação se devem desenvolver todos os esforços para que estas crianças mantenham o contacto, através de visitas frequentes. Para este efeito, será necessário que as famílias responsáveis por estas crianças cooperem entre si, no sentido de oferecerem oportunidades às crianças para o desenvolvimento e continuidade dos laços afectivos fraternos. Contudo, Howkins (1989) destaca que só devem ser admitidas uma ou duas crianças em famílias de acolhimento com o intuito de facilitar a individualização e evitar a modelagem e o reforço dos comportamentos destrutivos ou anti-sociais dos grupos de crianças perturbadas.

Para se decidir a respeito da Colocação Familiar, é necessária uma adequada avaliação do subsistema familiar e também uma avaliação específica das crianças. Gimeno (1996) considera que a avaliação do menor deve ter em consideração uma análise das carências que este apresenta e incluir aspectos médicos e psicossociais. Com a avaliação psicológica pretende-se determinar o nível de desenvolvimento, incluindo aspectos psicomotores, cognitivos, afectivos, emocionais, de integração familiar e social. Em função da idade também se deverá obter informação sobre a sua integração a nível social e a adaptação escolar, em termos de rendimento escolar, relacionamento com os colegas e com os professores.

A selecção das famílias que se oferecem para acolhimento é uma tarefa bastante delicada, colocando à prova a capacidade e a sensibilidade dos técnicos envolvidos neste processo. A selecção deve ter em conta a qualidade do relacionamento familiar e uma perspectiva evolutiva do desenvolvimento da criança. Múltiplos factores exigem uma ponderação cuidada, nomeadamente a idade dos candidatos; as suas motivações, as preferências e os desejos que apresentam; a maturidade, a lucidez, e a estabilidade do casal.

Gilligan (1996) conduziu uma investigação com o objectivo de analisar as motivações do casal de acolhimento, quando se oferecem para albergarem ao seu cuidado crianças provenientes de outras famílias. As motivações que reconhecem são, essencialmente, altruístas, "em benefício da sociedade" e um interesse por crianças privadas de um meio familiar normal. No entanto, algumas famílias referem necessidades afectivas e monetárias.

O autor considera que a avaliação do subsistema familiar deve ter em conta: uma análise da estrutura e interações actuais da família nuclear; uma anamnese centrada nas transições, êxitos e conflitos do ciclo de vida familiar; os modelos educativos que a família pode oferecer; uma avaliação psicológica destas figuras parentais que também inclua os seus hábitos e saúde física; e uma avaliação do contexto familiar e social onde a família está inserida (i.e., amigos, parentes, vizinhos, colegas).

Considera-se que dentro de uma família, as figuras parentais exercem acções importantes de complementaridade para a identificação da criança e para o estabelecimento de uma identidade sólida, assegurando a socialização e a individualização. Um meio familiar que permita que a construção da sua personalidade evolua através de experiências gratificantes e sólidas. Mas isso não implica que se transmita a imagem de personagens idílicas, totalmente boas. Aliás, é errónea a ideia subjacente à de famílias perfeitas, excessivamente idealizadas. A imagem de pessoas em constante harmonia fica, de imediato, destituída de significado sempre que se consideram os problemas comuns de qualquer família. Assim, ao contrário de ideais, as famílias substitutas devem proporcionar relações de qualidade, sendo inevitável que um conjunto de adaptações seja negociado. A introdução de uma criança ou jovem no seio de uma nova família acarreta sempre transformações em toda a nova dinâmica familiar. As suas tarefas não são fáceis. E as transformações e adaptações surgem quotidianamente, mergulhadas em padrões preferidos que oferecem resistência à mudança.

Por estes motivos, é também necessário esclarecer e preparar estas famílias antes de ocorrer o processo de acolhimento. Gimeno (1996) afirma que um dos requisitos fundamentais para que o acolhimento ocorra de um modo satisfatório é a formação inicial e contínua das famílias de acolhimento.

Laforestrie e Graussard-Tremblay (1980) referem-se a três etapas que deverão acontecer na relação entre a família de acolhimento e a criança. A primeira fase, de aceitação da criança no meio familiar de acolhimento, é fundamental e condiciona as duas etapas seguintes.

De igual importância, é a aceitação por parte da criança da nova família que a pretende acolher. Nesta perspectiva, parece ser fundamental considerar os indivíduos como subsistemas dentro de uma família, em que cada subsistema desempenha determinadas funções e faz exigências específicas (Minuchin, 1980/1988). Devido a uma mudança na composição familiar, a criança e os elementos que integram essa família têm de fazer negociações para se acomodarem entre si. Surge um novo subsistema e, portanto deve ser delineada uma nova reestruturação. Como refere Minuchin (1980/1988, p. 68): "Quando uma família absorve um novo membro, esse novo membro deve se adaptar às regras do sistema e o sistema antigo deve ser modificado para incluí-lo".

Laforestrie e Graussard-Tremblay (1980) também consideram que, durante esta primeira fase, a família que acolhe e a criança devem fazer esforços recíprocos para reorganizarem os seus hábitos quotidianos. Uma vez aceite a criança, pode então ocorrer a segunda



etapa, a sua integração no meio familiar. Mas, esta evolução coloca, na opinião das autoras, certos problemas e não se realiza de um modo automático. A criança que viveu algum tempo com os seus pais, deve modificar os seus hábitos em função do modo de vida da sua família de acolhimento. O seu reajustamento depende da sua conduta diária nessa família. É exigido à criança que estabeleça laços com desconhecidos, o que requer um tempo para uma adaptação e reconstituição do seu novo espaço. Espaço interno, familiar, social.

Não esquecer também que esse novo membro é um menor que sofre a ruptura na sua ligação com a família de origem. A família que a acolhe deve partilhar a realidade que acompanha a sua dor, responder com o máximo de honestidade às questões que lhe são colocadas e empreender esforços para conduzir a nova criança a aceitar, a pouco e pouco, o seu novo modo de vida (M. David, 1989). No entanto, a família pode tornar-se perigosa e traumática para a criança se instalar uma durável incompreensão.

Nestes processos de aceitação e integração, travam-se numerosas batalhas e, por vezes, é difícil a adaptação a esta nova realidade. Os caminhos que a criança trilha, perante a nova situação que lhe é imposta, podem ser variados. A necessidade de ajudar a criança a resolver os problemas das experiências passadas e a manutenção do contacto com os progenitores pode ser essencial para assegurar uma colocação satisfatória (Wolkind & Rushton, 1994).

Segundo M. David (1989) a criança nestas duas primeiras fases poderá tentar monopolizar toda a atenção de um dos membros do casal de acolhimento, geralmente a figura feminina desta família. Neste movimento de proximidade, é também frequente ignorar o outro elemento que, por vezes, sentindo-se excluído, tem tendência a retirar-se da relação. A autora também refere que, com frequência, estas crianças sentem os filhos legítimos desta família como intrusos e perigosos, assim como tudo o que se encontra em redor da mãe de acolhimento (e.g., escola, locais de recreio, locais de tratamento). Deste modo, David (1989) alerta que as famílias de acolhimento devem procurar evitar estas relações de dependência excessiva e de superproteção que a criança procura obter.

A terceira fase, que os autores intitulam de identificação afectiva, completa o processo e, em geral, também não é pacífico (Laforestrie & Graussard-Trembley, 1980). Os elos familiares estreitam-se contribuindo para a emergência de conflitos com a família biológica. É frequente estes jovens desejarem ser adoptados pela família de acolhimento.

Twigg (1994) procurou avaliar os efeitos da experiência da colocação familiar no contacto das crianças com os seus progenitores. Através de entrevistas verificou que a principal preocupação referida por estas crianças e jovens consistia no afastamento afectivo dos progenitores. A medida que se prolongava o acolhimento havia tendência para ocorrer um maior espaçamento nas visitas e uma perda do interesse por parte dos progenitores.

Seabra Diniz (1989) também destaca o problema da "duplicação das figuras parentais", ou seja, o confronto da criança com dois modelos parentais - os pais biológicos e os que desempenham as funções parentais. O autor postula que este fenómeno pode conduzir a

criança a viver na realidade, e não apenas na fantasia, a escolha entre uns pais e outros. Dos vários estudos realizados com estas crianças, M. David (1989) observou duas posições opostas. Por um lado, a criança pode procurar um afastamento dos progenitores, percebidos como nefastos e facilmente procuram na família de acolhimento um maior suporte, tornando-se para ela o ambiente mais satisfatório. Em oposição, existe um outro grupo de crianças que, em geral, procura evitar um relacionamento próximo com a mãe de acolhimento, sentindo que esta pode pôr em risco o desaparecimento da sua mãe biológica. É comum nestes casos surgirem crises sucessivas, com manifestações constantes de agressividade em direcção à família de acolhimento, alternadas por estados depressivos.

O estudo realizado por Salah-Din e Bollman (1994), que incluiu 116 jovens, com idades compreendidas entre os 11 e os 15 anos de idade, permitiu concluir que a manutenção de relações positivas com as duas famílias pode facilitar o desenvolvimento de uma identificação positiva com os progenitores e contribuir para um aumento da auto-estima destes jovens.

Vários autores argumentam que a continuidade dos contactos entre as crianças e as famílias naturais possibilita um conhecimento sobre as suas origens, facilitando os processos de identidade, e oferece a possibilidade de um suporte mais organizador quando ocorre a recolocação desta criança na sua família de origem (Berridge & Cleaver, 1987; Thoburn & Rowe, 1988; Wolkind & Rushton, 1994). Contudo, é importante ter em consideração que estes contactos exercem diferentes efeitos sobre as crianças, dependendo de múltiplos factores como: a natureza e o contexto do contacto; a idade do desenvolvimento e a personalidade da criança; o tipo de colocação familiar; a relação que se estabelece entre os progenitores da criança e a família de acolhimento.

Assim, este problema não se coloca apenas à criança, mas para ambas as famílias. Para a família de origem, a separação de um filho pode ser vivida com sentimentos de culpa, devido à sua incapacidade para educar a criança. Para negar ou diminuir esta culpabilidade são frequentes as atribuições de todos os tipos de defeitos à família de acolhimento, que contribuem para aumentar a tensão que se vive entre as famílias (Gimeno, 1996).

O casal de acolhimento também pode afastar da criança a família biológica, durante o tempo que a criança lhes é confiada, justificando esta atitude devido às manifestações de desadaptação da criança durante e após as visitas dos seus pais (Laforestrie e Graussard-Trembley, 1980).

Gilligan (1996) procurou identificar os problemas que estas famílias atravessam durante todo o percurso de colocação familiar. Verificaram que, embora a maioria dos casais sentisse satisfação com o papel que desempenhava, muitas famílias apresentavam grandes dificuldades. De salientar as preocupações com o suporte técnico e administrativo; a possibilidade sempre presente de serem separadas das crianças que estão a seu cuidado, surgindo muitas vezes desejos de as adoptarem; e problemas no relacionamento com a família biológica da criança. Gimeno (1996) também considera que o problema mais

frequente para a família de acolhimento ocorre após o estabelecimento de fortes vínculos afectivos com o menor, devido à possibilidade de um dia se separarem.

### **Investigações sobre as perturbações de crianças e jovens na situação de Colocação Familiar**

Um conjunto diversificado de investigações tem procurado avaliar o impacto da colocação das crianças em famílias de acolhimento. Num artigo de revisão, que abrangeu 13 investigações publicadas entre 1974 e 1994, Pilowsky (1995) verificou que a maioria dos estudos revelavam que a presença de perturbações psicológicas em crianças inseridas em famílias de acolhimento, era bastante elevada, mesmo quando comparadas com crianças que tiveram um passado de privações precoces. Os problemas mais predominantes são as perturbações do comportamento (e.g., agressividade, roubo, comportamentos de oposição, fugas, hiperactividade). Pilowsky (1995) sugere que factores sociais, psicológicos e biológicos contribuem para a vulnerabilidade destas crianças à psicopatologia.

Estudos realizados noutros contextos culturais também sublinham a vulnerabilidade destas crianças para perturbações psicológicas. Em Israel, uma investigação conduzida por Benbenishty e Oyserman (1995), estudou a situação de 590 crianças, entre um e dezoito anos de idade, colocadas em famílias de acolhimento. Os resultados detectaram alguns casos de graves problemas como a delinquência, a toxicodependência ou fugas de casa, e também problemas de identidade, baixa auto-estima e dificuldades de aprendizagem.

M. David (1989) observou que muitas crianças, em situação de Colocação Familiar, não gostam de ser interrogadas sobre a sua história, não colocam questões sobre a sua situação ou sobre o seu futuro. Manifestam-se indiferentes ou até violentas ao ser abordada a sua história. É como se procurassem ignorar ou esquecer o passado e o futuro fosse impossível de conceber. Rouyer (1985) realizou um estudo com crianças, entre os 3 e os 6 anos, colocadas em famílias de acolhimento, tendo observado alguns comportamentos que considera prejudiciais ao desenvolvimento destas crianças, nomeadamente, a não verbalização dos seus sentimentos de tristeza ou prazer, as constantes passagens ao acto e as frequentes somatizações. A escola é, em geral, pouco investida e vivida com pouco ou nenhum interesse.

Um vasto conjunto de investigações sugere que a complexidade das perturbações destas crianças e jovens e a combinação com um suporte inadequado, conduz, muitas vezes, as famílias de acolhimento à exaustão emocional e conseqüente rejeição destes jovens. Fanshel, Finsch e Grundy (1989) estimaram que, aproximadamente um terço das crianças inseridas em famílias de acolhimento, nos Estados Unidos, são submetidas a três ou mais colocações e que este número é substancialmente mais elevado nos adolescentes (i.e., sete a dez colocações). Na maioria das vezes, estes jovens são colocados em pequenos lares residenciais, após terem sido removidos da Colocação Familiar, devido aos problemas que apresentam (Fanshel et al., 1989; Wells, 1991).

Resultados diferentes foram obtidos em outros estudos. Fanshel e Shinn (1978) conduziram um estudo longitudinal, com crianças inseridas em famílias de acolhimento e

verificaram que, após cinco anos de permanência nestas famílias, os sintomas disfuncionais diminuíram significativamente. Estes resultados sugerem que, se for oferecido às crianças um meio familiar estável e de boa qualidade os problemas originais, que emergem logo após a separação da família biológica, têm tendência a desaparecer.

### O recurso "Colocação Familiar": que futuro?

Actualmente alguns estudos evidenciam as potencialidades e os limites de intervenções nas famílias de acolhimento.

Nas últimas duas décadas, os programas de intervenção em famílias de acolhimento têm incluído uma componente terapêutica activa. Muitos destes programas de tratamento especializado lidam com crianças com problemas comportamentais e emocionais (Chamberlain & Reid, 1991).

Em termos de intervenção, defende-se a necessidade de um trabalho multidisciplinar, em que os diversos intervenientes, nomeadamente os psiquiatras, os psicólogos, os assistentes sociais e os professores deverão ser facilitadores da comunicação (Chamberlain & Reid, 1994; Gimeno, 1996; Kates, Johnson, Rader & Strieder, 1991; Twigg, 1991). A intervenção deve ocorrer a nível individual, familiar e comunitário.

Tratando-se de jovens em risco psicossocial, emerge a necessidade de prevenção através de uma análise psicológica destas crianças e, quando necessário, recorrer a um tratamento psicológico individualizado. A intervenção do psicólogo com a criança ou com o jovem poderá inscrever-se ao nível de uma psicoterapia de apoio e de aconselhamento sobre problemas concretos de natureza pessoal, familiar, profissional, grupo de jovens, no sentido de promover uma boa adaptação psicossocial, facilitando os processos de autonomia e de preparação para uma vida independente. Chamberlain e Reid (1994) enfatizam que a psicoterapia dos jovens deve focalizar-se nas relações interpessoais, estratégias de auto-controlo da agressividade e de resolução de problemas.

Moore e Chamberlain (1994) desenvolveram um programa de tratamento para adolescentes que foram inseridos em famílias de acolhimento e que apresentavam graves perturbações emocionais e comportamentais. Baseando-se num modelo comunitário, os autores propõem a estas famílias e jovens, consultas com profissionais especializados, para tratamento individualizado e terapia familiar. Consideram essencial um maior envolvimento por parte da escola. Analisar os problemas destas crianças e jovens, tendo apenas em consideração as dinâmicas familiares, pode tornar-se redutor para uma intervenção mais eficaz.

Kates e colaboradores (1991) propõem que a intervenção terapêutica não se reduza à perspectiva individual da criança, mas deve ter em consideração todo o sistema familiar que a rodeia. Sublinham a necessidade de clarificar os papéis de cada participante de modo a permitir à criança saber quem é.

Twigg (1991) sustenta que os serviços sociais que dão formação e apoio às famílias de acolhimento devem considerá-las, não como meros clientes de um programa de formação, mas como companheiros de equipa, favorecendo uma rede de comunicação entre a equipa

de profissionais e a família. Os programas devem ser adaptados às situações reais e problemas específicos de todo o sistema familiar que envolve o menor, durante todo o ciclo de acolhimento (Gimeno, 1996).

Urge assim influir nas interações familiares, através de uma disponibilização de suporte que deve, em certos casos, assumir uma intervenção ao nível do modelo sistémico de terapia familiar. Através de sessões de terapia familiar, com uma análise cuidadosa da sua dinâmica, procura-se a integração de novas redes comunicativas e uma mudança nos vários sistemas, com registos mais flexíveis. Outro dos objectivos dos técnicos que intervm neste processo relaciona-se com a facilitação da comunicação entre a família natural e a família de acolhimento.

Biehal e Wade (1996) sublinham a necessidade de um contínuo contacto entre ambas as famílias e de um acompanhamento psicológico que facilite a interacção. Pelo facto da relação que se estabelece entre a criança e o casal que a acolhe nunca dever substituir a relação com a mãe biológica na sua totalidade, decorre a necessidade de preservar a continuidade das ligações com os progenitores, particularmente com a mãe, durante o tempo que a criança vive na família de acolhimento.

De acordo com Gimeno (1996), as acções que se desenvolvem com a família de origem não devem limitar-se aos apoios económicos mas ao desenvolvimento de programas de formação que possibilitem um clima adequado à futura re-introdução do menor nesta família. Porém, os esforços que têm sido realizados para reintroduzir a criança ou o jovem na sua família de origem não têm obtido resultados satisfatórios. Slaght (1993) considera que a recolocação prematura, com pouca preparação, pode aumentar o risco da dissolução familiar e esta situação de instabilidade pode resultar em problemas emocionais, comportamentais e educacionais para a criança.

Levin (1992) desenvolveu no Canadá, um programa de apoio e de formação para famílias que colocaram os seus filhos em acolhimento, com o principal objectivo de impedir a separação definitiva entre os menores e a sua família biológica. Para o efeito o programa procurou incrementar as expectativas de futuro da família de origem, ajudando-a a reestruturar o seu relacionamento com o menor e a preparar o regresso do filho a casa. Gillespie, Byrne e Workman (1995) também sugerem que se devem desenvolver programas intensivos antes de se efectuar de novo a introdução da criança ou do jovem na sua família natural. O programa deve incluir um treino e apoio a ambas as famílias, que vise uma maior aproximação entre as famílias e um aumento na frequência das visitas dos progenitores.

Paralelamente aos modelos de intervenção clínica e familiar, são também importantes os de intervenção social e educacional, que abrangem áreas de prevenção, educação e suporte social.

Relativamente a áreas de prevenção primária torna-se necessário efectuar um trabalho precoce no âmbito da saúde materna e infantil. A nível psicológico destacam-se os aspectos relacionados com a gravidez da mãe, a forma como a família natural encara a maternidade e paternidade, um estudo aprofundado sobre o desenvolvimento da criança e uma observação da qualidade nas interações diádicas. Sabendo que certas circunstâncias adversas, tais como o desemprego e a pobreza podem contribuir para que os progenitores abandonem as crianças ou as entreguem a centros de acolhimento, parece crucial estar



atento a estes grupos de risco, implementando avaliações da qualidade de vida.

A nível comunitário têm sido realizados alguns projectos de intervenção em que se defende a necessidade de grupos de suporte. Mellor e Storen (1995) consideram que os grupos de suporte permitem às crianças a discussão, o debate e a partilha das suas experiências de vida, a identificação de dificuldades comuns, a ajuda mútua, o fortalecimento da auto-estima e o desenvolvimento da confiança nos outros. Buchanan (1995) também sublinha a necessidade de foruns de discussão entre estas crianças e jovens. Neste sentido, realizou um projecto com o objectivo de informar e recolher as opiniões de 45 jovens (entre 10 a 17 anos) que viviam afastados da sua família natural. Nestes espaços de debate, a autora verificou que os jovens reconheceram o valor e a necessidade da organização de grupos de encontro para discussão dos seus problemas e interesses. Verificou que estes jovens desejavam obter mais informação sobre os seus direitos e as principais preocupações que foram debatidas relacionaram-se com o estigma social, a falta de recursos económicos, as dificuldades escolares e projectos de futuro, com receio de falta de suporte social e familiar.

A investigação sobre a prevenção e intervenção nestas problemáticas é fundamental para que se possa reflectir e aceder à complexidade dos factores que medeiam estas situações, abrindo caminhos a novos "fazer", para dar resposta às necessidades destas crianças, jovens e famílias, integradas num sistema alargado. Prevenir e intervir terá sentido numa rede multidisciplinar, numa cadeia de esforços que faça uma análise das necessidades, promova acções de formação e facilite a comunicação entre os vários intervenientes neste processo.

### Bibliografia

- BEBBINGTON, A., & MILES, J. (1990) - «The supply of foster families for children in care», *British Journal of Social Work*, vol. 19, pp. 349-368.
- BEGUN, A. L. (1995) - «Sibling relationships and foster care placements for young children. Special Issue: Social work practice with children», *Early Child Development and Care*, vol. 106, pp. 237-250.
- BENBENISHTY, R., & OYSERMAN, D. (1995) - «Children in foster care: Their present situation and plans for their future», *International Social Work*, vol. 38, pp. 117-131.
- BERRICK, J. D., & BARTH, R. P. (1994) - «Research on kinship foster care: What do we know? Where do we go from here? Special Issue: Kinship foster care», *Children and Youth Services Review*, vol. 16, pp. 1-5.
- BERRIDGE, D., & CLEAVER, H. (1987) - *Foster home breakdown*, Oxford, Blackwell.
- BIEHAL, N., & WADE, J. (1996) - «Looking back, looking forward: Care leavers, families and change», *Children and Youth Services Review*, vol. 18, pp. 425-445.
- BOER, F., & SPIERING, S. M. (1991) - «Siblings in foster care: Success and failure», *Child Psychiatry and Human Development*, vol. 21, pp. 291-300.
- BOER, F., WESTENBERG, P. M., & VAN OUYEN HOUBEN, M. M. J. (1995) - «How do sibling placements differ from placements of individual children?», *Child and Youth Care Forum*, vol. 24, pp. 261-268.
- BOWLBY, J. (1985) «Perda, tristeza e depressão», in BOWLBY, J. (Ed.), *Apego e perda*, vol. 3, São Paulo, Martins Fontes, Trabalho original publicado em 1973.



- BUCHANAN, A. (1995) - «Young people's views on being looked after in out-of-home-care under The Children Act 1989», *Children and Youth Services Review*, vol. 17, pp. 681-696.
- CHAMBERLAIN, P., & REID, J. B. (1991) - «Using a Specialized Foster Care Community treatment model for children and adolescents leaving the estate mental hospital», *Journal of Community Psychology*, vol. 19, pp. 266-276.
- CHAMBERLAIN, P., & REID, J. B. (1994) - «Differences in risk factors and adjustment for male and female delinquents in treatment foster care», *Journal of Child and Family Studies*, vol. 3, pp. 23-39.
- COLTON, M. (1988) - «Dimensions of foster and residential care practice», *Journal of Child Psychology and Psychiatric*, vol. 29, pp. 589-600.
- COLTON, M., & HELLINCKX, W. (1994) - «Residential and foster care in the European Community: Current trends in policy and practice», *British Journal of Social Work*, vol. 24, pp. 559-576.
- COURTNEY, M. E., & BARTH, R. P. (1996) - «Pathways of older adolescents out of foster care: Implications for independent living services», *Social Work*, vol. 41, pp. 75-83.
- DAVID, M. (1989) - *Le Placement Familial, de la pratique à la théorie*, Paris, ESF.
- DOELLING, J. L., & JOHNSON, J. H. (1990) - «Predicting success in foster placement: The contribution of parent-child temperament characteristics», *American Journal of Orthopsychiatry*, vol. 60, pp. 585-593.
- FANSHEL, D., FINSCH, S. J., & GRUDY, J. F. (1989) - «Foster children in life-course perspective: The Casey Family Program Experience», *Child-Welfare*, vol. 68, pp. 467-478.
- FANSHEL, D., & SHINN, E. (1978) - *Children in foster care: A longitudinal study*, New York, Columbia University Press.
- FEIN, E. (1991) - «Issues in foster family care: Where do we stand?», *American Journal of Orthopsychiatry*, vol. 61, pp. 578-583.
- GILLESPIE, J. M., BYRNE, B., & WORKMAN, L. J. (1995) - «An intensive reunification program for children in foster care», *Child and Adolescent Social Work Journal*, vol. 12, pp. 213-228.
- GILLIGAN, R. (1996) - «The foster care experience in Ireland: Findings from a postal survey», *Child Care, Health and Development*, vol. 22, pp. 85-98.
- GIMENO, A. (1996) - «La familia educadora. Una estructura familiar no normativa», in MILLÁN, M. (Ed.), *Psicología de la familia. Un enfoque evolutivo e sistémico*, Valencia, Promolibro, pp. 231-255.
- GINSBERG, B. G. (1989) - «Training parents as therapeutic agents with foster/adoptive children using the filial approach», in SCHAEFFER, C. E., & BRIESMEISTER, J. M. (Eds.), *Handbook of Parental Training: Parents as co-therapists for children's behavior problems*, New York, John Wiley & Sons, pp. 443-478.
- HEGAR, R. L. (1993) - «Assessing attachment, permanence, and kinship in choosing permanent homes», *Child Welfare*, vol. 72, pp. 367-378.
- HOWKINS, R. P. (1989) - «The nature and potential of therapeutic foster family care programs», in HOWKINS, R. P., & BREILING, J. (Eds.), *Therapeutic foster care: Critical issues*, Washington, Child Welfare League of America, pp. 5-36.
- IGLEHART, A. P. (1994) - «Kinship foster care: Placement, service, and outcome issues. Special Issue: Kinship foster care», *Children and Youth Services Review*, vol. 16, pp. 107-122.
- KATES, W. G., JOHNSON, R. L., RADER, M. W., & STRIEDER, F. H. (1991) - «Whose child is this? Assessment and treatment of children in foster care», *American Journal of Orthopsychiatry*, vol. 61, pp. 584-591.
- LAFORESTRIE, R., & GRAUSSARD-TREMBLAY, R. M. (1980) - *Familles d'accueil et enfant placés*, Paris, ESF.
- LEVIN, A. E. (1992) - «Groupwork with parents in the family foster care system: A powerful method of engagement», *Child Welfare*, vol. 71, pp. 457-473.
- MAAS, H., & ENGLER, R. (1959) - *Children in need of parents*, New York, Columbia University Press.

- MCINTYRE, A. (1991) - «Attribution of control and ego development: Marker variables for a model of foster care risk», *Journal of Applied Developmental Psychology*, vol. 12, pp. 413-428.
- MELLOR, D., & STOREN, S. (1995) - «Support groups for children in alternate care: A largely untapped therapeutic resource», *Child Welfare*, vol. 74, pp. 905-918.
- MINUCHIN, S. (1988) - *Familias, funcionamento e tratamento*, Porto Alegre, Artes Médicas, Trabalho original publicado em 1980.
- MOLIN, R. (1994) - «Foster families and larger systems: Image and identity», *Community Alternatives International Journal of Family Care*, vol. 6, pp. 19-31.
- MOORE, K. J., & CHAMBERLAIN, P. (1994) - «Treatment foster care: Toward development of community-based models for adolescents with severe emotional and behavioral disorders», *Journal of Emotional and Behavioral Disorders*, vol. 2, pp. 22-30.
- PILLAY, A. L., VAWDA, N. B., & POLLOCK, L. R. (1989) - «Secondary enuresis in institutionalized conduct-disordered children», *Psychological Report*, vol. 64, pp. 624-626.
- PILOWSKY, D. (1995) - «Psychopathology among children placed in family foster care», *Psychiatric Services*, vol. 46, pp. 906-910.
- ROUYER, M. (1985) - «Le Placement Familial», in LEBOVICI, S., DIATKINE, R. & SOULÉ, M. (Eds.), *Traité de Psychiatrie de l'enfant et de l'adolescent*, vol. 3, Paris, PUF, pp. 343-357.
- SALAHU-DIN, S. N., & BOLLMAN, S. R. (1994) - «Identity development and self-esteem of young adolescents in foster care», *Child and Adolescent Social Work Journal*, vol. 11, pp. 123-135.
- SEABRA DINIZ, J. (1989) - «Reversibilidade e Irreversibilidade: vicissitudes da relação familiar e analítica», *Análise Psicológica*, vol. 7, pp. 305-316.
- SESABRA DINIZ, J. (1993) - *Este meu filho que eu não tive: a adoção e os seus recursos*, Porto, Afrontamento.
- SINCLAIR, I. (1988) - «Common issues», in Sinclair, I. (Ed.), *Residential Care: The research reviewed*, London, HMSO, pp.39-56.
- SLAGHT, E. F. (1993) - «Reexamining risk factors in foster care», *Children and Youth Services Review*, vol. 15, pp. 143-154.
- SPAID, W. M., & FRASER, M. (1991) - «The correlates of success/failure in brief and intensive family treatment: Implications for family preservation services. Special Issue: Child welfare policy and practice», *Children and Youth Services Review*, vol. 13, pp. 77-99.
- THOBURN, J., & ROWE, J. (1988) - «Research: a snapshot of permanent family placement», *Adoption and Fostering*, vol. 12, 29-34.
- TRISELIOTIS, J., & RUSSELL, J. (1984) - *Hard to place: The outcome of adoption and residential care*, London, Heinemann Educational Books.
- TWIGG, R. C. (1991) - «The next step in foster care», *Journal of Child and Youth Care*, vol. 1, pp. 79-85.
- TWIGG, R. C. (1994) - «The unknown soldiers of foster care: Foster care as loss for the foster parents' own children», *Smith College Studies in Social Work*, vol. 64, pp. 297-312.
- WELLS, K. (1991) - «Eagerly awaiting a home: Severely emotionally disturbed youth lost in our systems of care - A personal reflection», *Child and Youth Forum*, vol. 20, pp. 7-17.
- WOLKIND, S. N. (1974) - «The components of affectionless psychopathy' in institutionalized children», *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, vol. 15, pp. 215-220.
- WOLKIND, S., & RUSHTON, A. (1994) - «Residential and foster family care», in RUTTER, M., TAYLOR, E., & HERSOV, L. (Eds.), *Child and adolescent psychiatry: Modern approaches*, Oxford, Blackwell Scientific Publications, pp. 252-266.